



Desarquivando a Ditadura: Memória e justiça no Brasil

São Paulo: Editora Hucitec, v.1-v.2, 2009

C. MacDowell Santos; Edson Teles; Janaína de Almeida Teles (Orgs.)

Caio Fernandes Barbosa¹

“Desarquivando a Ditadura” é uma obra dividida em dois volumes, organizados por Cecília MacDowell Santos, Edson Teles e Janaína de Almeida Teles, publicados em 2009 no contexto do aniversário de 30 anos da Anistia. Este contexto tem uma forte influência nos volumes que não só mostram um panorama dos trabalhos realizados sobre a ditadura no Brasil, mas também apontam os problemas contemporâneos que circundam a temática, como questões relativas à Memória, ao acesso a informação e incompletude de nossa transição para a democracia.

Apesar da temática central dos artigos ser relativa à ditadura, a diversidade na área de atuação dos organizadores demonstra claramente o caráter multidisciplinar dos dois volumes. Cecília MacDowell Santos é uma importante socióloga do Direito; Edson Teles concentra sua pesquisa na área da Filosofia Política; e Janaína de Almeida Teles é historiadora. Os artigos escolhidos para compor os volumes refletem tal diversidade. Os livros reúnem artigos e ensaios de historiadores, cientistas sociais, filósofos, críticos literários, jornalistas, juristas e profissionais do direito. O resultado é um complexo mosaico de abordagens e perspectivas sobre a ditadura.

A questão da memória política é um dos temas centrais nas democracias contemporâneas e, de maneira dinâmica, está em constante processo de construção por meio de lutas sociais, jurídicas e políticas. No volume um, a primeira parte é dedicada à memória e

à história da resistência contra a ditadura e o modelo capitalista de desenvolvimento. O primeiro capítulo, “Sidney, Olavo e Jeremias”, escrito pelo historiador Murilo Leal Pereira Neto, reconstrói a experiência de militância de três trotskistas membros do Partido Operário Revolucionário – POR, assassinados por distribuírem panfletos, fazerem pichações e liderarem greves no contexto de 1961 a 1964, portanto ainda sob o regime democrático. Essas três biografias políticas são “uma denúncia dos limites de nossa democracia e uma lembrança de que é preciso lutar por seu aprofundamento”².

No segundo capítulo intitulado “Memória e cidadania: as mortes de V. Herzog, Manuel F. Filho e José F. de Almeida”, de autoria do historiador Mário Sergio de Moraes, analisa-se porque, diferente das mortes de Manuel F. Filho e José F. de Almeida, a morte de Vladimir Herzog desencadeou um movimento de massas na conjuntura do início da decadência da ditadura, em meados dos anos 1970. Para o autor, a disparidade de tratamento retrata a existência de um tipo de cidadania que ainda hoje continua a não incluir os mais pobres.

No terceiro capítulo, “A liberdade nasce da luta: o surgimento da OSI na crise da ditadura”, o historiador Everaldo de Oliveira Andrade busca reconstruir, por meio das primeiras resoluções políticas da Organização Socialista Internacionalista em 1976, aspectos da resistência da classe trabalhadora à ditadura, e identificar propostas e análises que influenciaram a esquerda brasileira no pós-ditadura, como a proposição da criação de um partido dos trabalhadores.

Antônio Luigi Negro é autor de “Servir ao povo de todo coração: mulheres militantes e mulheres operárias no ABC na década de 1970”, o quarto capítulo. Neste artigo, o autor demonstra o intenso processo de colaboração entre o empresariado e os aparelhos de repressão (“aliança empresarial-policial”) através da análise da experiência de três mulheres militantes. A partir dos relatos das tentativas de “integração” (espécie de infiltração para recrutamento) das militantes, é possível ver e entender as complexas relações que se desenvolviam no cotidiano da classe trabalhadora e a dificuldade que as militantes oriundas de um outro contexto social tinham para ler o mundo das trabalhadoras. Longe da teoria ortodoxa das militantes que separava dicotomicamente opressores e oprimidos, a realidade das fábricas paulistas expunha as relações políticas entrelaçadas e contraditórias, mediadas pela amizade. No capítulo cinco, “A tortura denunciada sem meias-palavras: um livro expõe o aparelho repressivo da ditadura”, Flamarion Maués analisa o processo que levou o jornalista Antonio Carlos Fon a publicar o livro *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. Marco nos estudos sobre a ditadura, o livro escrito por Fon foi um dos pioneiros na denúncia do aparato repressivo não como um suposto “desvio” ou uma “anomalia”, mas como fruto de um

processo de amadurecimento do sistema de poder que se estabeleceu com o golpe de 1964 e, principalmente, após o AI-5.

Em “Memórias de uma herança: a experiência de filhos de exilados brasileiros da ditadura militar”, Tatiana Moreira Campos Paiva faz um minucioso trabalho de investigação, discutindo elementos que formaram a experiência de crianças brasileiras durante o exílio. Através de depoimentos, a autora adota uma perspectiva do exílio como herança, já que esse processo foi vivenciado a partir das escolhas paternas e maternas. A herança do exílio se configura como uma marca carregada por esses filhos. Essa herança demonstra uma face importante da repressão desencadeada pela ditadura, que não poupou nem as crianças.

No sétimo capítulo, “Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil”, Janaína de Almeida Teles analisa, por meio de depoimentos orais das famílias que passaram pela experiência drástica de perder um parente, o processo de transformação dos traumas familiares em luta política. A autora destaca também o papel desempenhado por essas famílias na luta pelo acesso à informação e pela memória do país.

Durante a primeira metade do livro, os personagens são a resistência e a luta de militantes contrários à ditadura. A segunda parte do primeiro volume é dedicada a compreender “o outro lado das trincheiras”, ou seja, como funcionavam os aparelhos de repressão da ditadura.

“Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina de *guerre révolutionnaire* (1959-1974)”, escrito por João Roberto Martins Filho, investiga a utilização de ideias francesas de combate à guerrilha pelos militares brasileiros. Desta maneira, o autor do oitavo capítulo se distingue das teses historiográficas que concentram-se, nas análises sobre o pensamento militar brasileiro, apenas na Doutrina de Segurança Nacional – DSN e a influência norte-americana. Neste estudo, indica que foi a doutrina de aspiração francesa que forneceu a base ideológica para o uso da tortura por parte das Forças Armadas. Na busca por reprimir e suprimir o “inimigo interno”, o anticomunismo, típico da guerra fria, teria motivado a transferência dos métodos usados pelos franceses na Argélia para países como o Brasil e a Argentina.

No nono capítulo, “Sistemas Judiciais e repressão política no Brasil, Chile e Argentina”, Anthony W. Pereira faz um estudo comparado entre as práticas nos tribunais militares nesses três países, diferenciando suas atuações em relação aos opositores. Para o autor, o “fator-chave para se entender os diferentes usos de tribunais de segurança no Brasil e no Cone Sul é o momento e a sequência de mudanças institucionais no âmbito da repressão”³. Desta forma, o autor chega à conclusão de que a integração de elites judiciais e militares foi maior no Brasil e menor na Argentina, cabendo ao Chile uma posição intermediária.

“Sistema penal de exceção em face do direito internacional dos direitos humanos” é o décimo capítulo. Nele, Káthia Martin-Chenut busca demonstrar como a preocupação com a proliferação dos “Estados de exceção” por parte da comunidade internacional desencadeou tentativas de controle a essa ferramenta jurídica. Em face a esse contexto internacional, a autora analisa o sistema penal brasileiro durante a ditadura chegando a conclusão de que classifica-lo como Estado de exceção é abusivo.

Escrito por Samantha Viz Quadrat, o décimo primeiro capítulo, “Violência política e justiça sem fronteiras”, aborda o impacto das denúncias em relação a “Operação Condor” nos meios judiciais. As denúncias da “Operação Condor” foram parte importante na busca pelo fim da impunidade dos crimes de violações aos direitos humanos cometidos pelas ditaduras no Cone Sul. A autora aponta, no entanto, que no Brasil as denúncias dessa operação que articulou as ditaduras não teve o impacto alcançado em outros países latino-americanos.

O décimo segundo capítulo, “As Comissões Parlamentares de Inquérito na Câmara dos Deputados durante a crise político-institucional brasileira (1963-1968)”, de Silvio Luiz Gonçalves Pereira, relaciona as atividades das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) da Câmara dos Deputados e a crise institucional desencadeada após a renúncia de Jânio Quadros em 1961. A análise das CPIs durante esse período revela que uma das principais preocupações das 83 comissões entre 1963-1966 é a temática da infiltração estrangeira nas questões internas brasileiras. Dessas infiltrações, o autor destaca o papel crescente das empresas jornalísticas estrangeiras no mercado editorial brasileiro, e sua capacidade de influenciar a opinião pública brasileira.

O décimo terceiro artigo é de autoria de Maurício Maia. “A arte de manter em segredo atos praticados por agentes públicos” reflete sobre as práticas cotidianas daqueles que se utilizaram do segredo como ferramenta de trabalho no trato da coisa pública. O autor percorre episódios de violação de direitos humanos entre 1960 e 1975, chegando a seguinte síntese: “A violência dos agentes públicos incorporou-se com sucesso no cotidiano brasileiro. Continuamos sem um bom intérprete das loucuras e dos crimes da nacionalidade”⁴.

No último artigo do primeiro volume, intitulado “O passado recente em disputa: memória, historiografia e as censuras da ditadura militar”, Douglas Attila Marcelino aborda a censura. Para o autor, o tema vem sendo tratado pela historiografia de maneira equivocada, pois com frequência se privilegiou a perspectiva do intelectual que burla a censura em detrimento do censor. Outro aspecto da censura, negligenciado pela historiografia, é a questão da censura moral, sempre desprestigiada em relação à censura política.

O segundo volume discute mais diretamente as questões referentes à experiência da anistia incompleta e conseqüentemente os descaminhos das políticas relativas à memória, à justiça e ao acesso à documentação.

Vale ressaltar que este livro precede a criação da “Comissão da verdade” e a Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011, que colocou o debate sobre a memória da ditadura e a “batalha pela memória” em outro patamar. No entanto, parte considerável dos problemas levantados nestes livros permanece atual, sendo uma importante fonte para orientar os caminhos que vem sendo abertos por ativistas e pesquisadores.

Em “O processo político da anistia e os espaços de autonomia militar”, artigo que abre o segundo volume, Samuel Alves Soares e Larissa Brisola Brito Prado analisam as manobras promovidas pelos governos militares para controlar a transição para democracia. Para os autores as limitações impostas pela lei de anistia de 1979 continuam limitando a memória sobre a repressão.

A anistia também é tema em “Anistia de 1979: o que restou da lei forjada pelo arbítrio?” escrito por Glenda Mezarobba e em “A anistia brasileira em comparação com as da América Latina: uma análise na perspectiva do direito internacional” escrito por Lucia Elena Arantes Ferreira Bastos. Glenda Mezarobba se propõe a “pensar as fronteiras da anistia em um momento em que a observância dos preceitos de direitos humanos está intimamente vinculada à definição do que vem a ser um Estado democrático moderno”⁵. Elena Arantes Ferreira Bastos, por sua vez, faz um estudo comparado das anistias pós-ditaduras latino-americanas, estudando o grau de legitimidade interna e o propósito das leis nos casos da Argentina, Chile, Peru, Uruguai e Brasil.

Três artigos discutem e convergem sobre a perspectiva do acesso ao direito à verdade, demonstrando a importância do acervo arquivístico produzido pelo Estado brasileiro durante a ditadura: “Arquivos secretos e direito à verdade” escrito por Marlon Alberto Weichert; “Os arquivos e o acesso à verdade”, escrito por Ana Maria de Almeida Camargo; e o artigo “Do segredo à verdade... processos sociais e políticos na abertura dos arquivos da repressão no Brasil e na Argentina”, escrito por Ludmila da Silva Catela. Partindo de uma abordagem jurídica e normativa, Marlon Wichet defende que a abertura dos arquivos públicos pode ser considerada como uma condição para a construção de um Estado Democrático de Direito. Ana Maria de Almeida Camargo parte da teoria arquivística para abordar a problemática da abertura dos arquivos. Para a autora os estudos sobre os arquivos são importantes para compreender as instituições que o produziram. Utilizando-se das ferramentas da antropologia, Ludmila da Silva Catela examina, a partir da comparação com o caso argentino, as disputas pelo lugar político e social que os arquivos da repressão devem ocupar na memória coletiva.

Cecília MacDowell Santos é autora do artigo “A justiça ao serviço da memória: mobilização jurídica transnacional, direitos humanos e memória da ditadura”, vigésimo primeiro capítulo. Nele, a autora discutiu o papel e os limites da mobilização jurídica transnacional dos direitos humanos na construção da memória da ditadura no Brasil, contribuindo com os estudos sobre “justiça de transição”.

A segunda parte do segundo volume aborda o esquecimento e o silêncio como partes integrantes da anistia brasileira.

Em “A longa tradição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade”, Zilda Márcia Gricoli Iokoi identifica as contradições, ambiguidades e impasses do processo de “transição” democrática, identificando os elementos estruturais e culturais que corroboraram para que a anistia apresentasse tais características.

Já em “Anistia anamnese vs. Anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia”, Heloisa Amélia Greco aponta a lacuna historiográfica referente ao processo de luta pela anistia, deslocando a narrativa histórica do espaço institucional para o espaço da sociedade civil. Para a autora, esse momento é singular porque o movimento pela anistia tem em seu conteúdo programático a construção de uma “contra-memória”, fundamentada no “resgate da memória do terror”.

Marcio Seligmann-Silva, em “Anistia e (in)justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade”, discute a distância entre o discurso inicial das oposições e a anistia de fato, imposta pelos militares. Indica que a impossibilidade de enfrentar sua própria memória faz com que o povo brasileiro continue preso ao seu passado, vivenciando e reproduzindo as mesmas estruturas violentas.

No vigésimo quinto capítulo, “A ditadura militar e a literatura brasileira: tragicidade, sinistro e impasse”, Jaime Ginzburg analisa as possibilidades de colaboração da literatura brasileira na reflexão sobre a ditadura. A partir da análise de obras de Caio Fernando Abreu e de Luís Fernando Veríssimo, o autor observa como a memória da ditadura se impôs como um problema fundamental para a crítica literária.

Em “História, Memória e verdade: em busca do universo dos homens”, Denise Rollemberg propõe que a historiografia sobre a ditadura escape dos estudos cuja ênfase se concentra no poder das forças coercitivas do Estado, tendo a resistência como objeto a ser buscado e valorizado.

O artigo que fecha essa obra é intitulado: “Políticas do Silêncio e interditos da memória na transição do consenso”. Nele, Edson Teles apresenta uma contundente crítica da transição brasileira, pensada a partir dos “atos de memória” e das políticas relacionadas à violência promovida pela dita-

dura. Para o autor, o reconhecimento e a indenização das vítimas não são medidas suficientes, é preciso estabelecer ações de ruptura do silêncio imposto pelos militares para que enfim a experiência da democracia brasileira alcance outro patamar.

Esta obra, dividida em dois volumes, é uma importante contribuição para o processo de debate sobre a ditadura, as políticas de memória e a “justiça de transição”. A ditadura promoveu uma série de experiências na vida política, social e cultural do Brasil, e suas marcas ainda estão presentes, os algozes ainda devem à democracia e as vítimas ainda clamam por justiça. Por isso, um livro que reúne múltiplas perspectivas sobre esse tema precisa ser valorizado. *Desarquivando a Ditadura* é um convite para que outros pesquisadores também busquem refletir sobre esse processo e contribuam para o desarquivamento.

NOTAS

¹ Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É membro do Laboratório de Ciência como Cultura (LACIC) e membro do grupo Memórias, Ditaduras e Contemporaneidade (UFBA). Atualmente é professor efetivo em Jequié (BA) no Colégio Estadual Dr. Milton Santos. Contato do autor: caiobarbo@gmail.com.

² SANTOS, C. MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a Ditadura: Memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, v. 1, 2009. p. 44.

³ SANTOS, C. MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). *op.cit.*. São Paulo: Editora Hucitec, v. 1, 2009. p. 208.

⁴ SANTOS, C. MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). *op.cit.*. São Paulo: Editora Hucitec, v. 1, 2009. p. 310.

⁵ SANTOS, C. MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). *op.cit.*. São Paulo: Editora Hucitec, v. 2, 2009. p. 372.